

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA TERRITORIAL DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA – REGIONAL VI

Aos dez dias do mês de junho de 2006, às 15h e 54 minutos, no C C Dr. Pontes Neto, localizado à Av. Alberto Craveiro, no Bairro Dias Macedo, em Fortaleza-Ceará, Daniel Rodrigues, da HABITAFOR, declarou aberta a audiência pública territorial da área de participação (AP 12), do Plano Diretor Participativo, da Secretaria Executiva Regional VI, que é composta dos Bairros **Dias Macedo, Boa Vista, Passaré, Aerolândia, Alto da Balança, Parque dois Irmãos e Castelão**. Iniciando, Daniel explicou que as pessoas deveriam fazer o cadastramento, receber o regimento e receber a cédula de votação. Falou que haveria a exposição do material produzido no I Fórum, e que haveria espaço para debate. Falou que o Plano Diretor tem um nome completo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, e que não atinge outras áreas, de ação social, por exemplo, saúde e educação, ou seja é um instrumento para o desenvolvimento urbano e ambiental. Falou que era importante esse conhecimento, uma vez que as propostas têm que tratar e serem pertinentes ao Plano Diretor. Informou que as propostas que não estão em acordo com o Plano serão desconsideradas. Em seguida perguntou aos presentes se alguém sabia o que era Plano Diretor. Daniel Falou da capacitação da população nos bairros que foi realizada inicialmente em 14 áreas, totalizando 70 oficinas de capacitação, e de uma reunião preparatória na Regional VI. Disse que a cidade de Fortaleza é muito grande e teria que ser setorizada, ou seja, criados várias zonas, onde são colocadas normas sobre o que pode ou não pode em determinadas áreas da Cidade. O Plano é um conjunto de regras para que a Cidade possa crescer de modo ordenado, para que no presente e no futuro a nossa cidade seja boa de se viver. Daniel explicou que o Plano Diretor é um instrumento norteador da política de desenvolvimento urbano. Quando se fala de Plano se fala em planejamento para saber o rumo que a cidade vai tomar. Explicou que o Plano Diretor é um instrumento norteador da política de desenvolvimento urbano municipal, e que isto significa que orienta o crescimento e a organização dos espaços urbano, de modo que, a cidade e a propriedade urbana cumpram a sua função social. E que seria importante que as pessoas pudessem compreender esse conceito de função social. Citou exemplo de um vazão urbano localizado numa área infra-estruturada. Caso esteja vazão não está cumprindo a sua função social. Falou que todo terreno que está localizado numa área que tenha esgoto, água, luz, transporte, postos de saúde próximos, coleta de lixo, escola, tudo foi feito com investimento de dinheiro público. Quando o governo municipal investe em infraestrutura numa área, entende que os terrenos serão utilizados para habitação, Comércio. Cumprir a função social é cumprir a legislação. Explicou que o Plano Diretor estabelece prioridades de investimento público em relação ao desenvolvimento, tais como projetos de infraestrutura, saneamento ambiental. Daniel disse que é preciso organizarmos o futuro, agora. Explicou o princípio da regularização fundiária, que em princípio é o “papel da casa”, ou seja é a pessoa ter um documento que diga legalmente diga que você pode morar naquele espaço. Detalhou que áreas de preservação ambiental, margens de rios, lagoas ou beira de mar não podem ser regularizadas. E que essas populações têm que sair dessas áreas. O plano diretor vai

criar as Zeis, que são as Zonas Especiais de Interesse Social, que têm várias regras, sendo para populações de baixa renda. Daniel falou que foram feitas leituras comunitárias, leitura técnica para a realização do Iº Fórum do Plano Diretor “A Cidade que Temos”, realizado em oito de abril do corrente, onde foram definidos os cinco eixos, explicando-os detalhadamente. Explicou que o Plano Diretor é uma Lei de iniciativa do poder Executivo, aprovada pela Câmara Municipal. Esta lei está sendo elaborada a partir de um processo participativo envolvendo representantes de vários territórios. Daniel explicou também as regras das audiências públicas territoriais falando da existência do regimento, ressaltou que as propostas a serem construídas têm que ter relação específica com o Plano Diretor, sendo objetivas e claras. Falou que técnicos da Prefeitura Municipal de Fortaleza estão aptos e no local para tirar quaisquer dúvidas. Esclareceu que durante toda a apresentação e divulgação das datas das audiências pública temática feita pela PMF e o debate, as propostas estarão sendo recebidas. Disse que estamos na 3ª Etapa que é a construção das propostas e também de novos eixos para o II Fórum “A Cidade que Queremos”, que se realizará em quinze de julho. Explicou que os delegados eleitos participarão do congresso numa etapa que chamamos de pactuação do projeto de lei que será enviado a Câmara dos Vereadores. Daniel explicou ainda o papel do Núcleo Gestor, que aprovou o regimento da eleição, e chamou a Gorete Fernandes, da Federação de Bairros e Favela, para falar em nome do Núcleo Gestor. Gorete falou da importância do Plano Diretor, uma vez que planeja a cidade para os próximos dez anos. Para conduzir à eleição a representante da PMF, Ana Paula Rabelo, deu oficialmente início ao processo de escolha dos delegados e delegadas daquela audiência pública. Este delegado deve ter um comprometimento com o processo. Informou que resta ainda ao processo cinco audiências temáticas que ocorrerão na Câmara dos Vereadores sobre mobilidade, infraestrutura, desenvolvimento econômico e social, habitação, meio ambiente. Falou que é importante que os delegados participem desses momentos e levem as informações para a comunidade por que eles estão representando o interesse de um grupo. Esclareceu quem pode ser delegado através da leitura do regimento. Explicando que nesta audiência poderiam ser eleitos oito delegados, de acordo com o número de inscritos que foi de setenta e sete. Todos os candidatos se apresentaram. Na presença dos fiscais da própria população, foram abertas as urnas e iniciada a apuração que resultou em oito delegados eleitos. Em seguida foi pronunciado o nome dos delegados eleitos por ordem de maior número de votos que são Maria Gorete, Francisco Audir, José Pereira, Francisco de Assis, Francisco Benedito, Maria Erica, Maria Assunção dos Santos e Inês das Neves. Foi feita uma saudação final ao público, foi encerrada a presente audiência pública territorial (AP 12). Nada mais havendo a tratar eu, Eveline Melo, lavrei a presente ata. Fortaleza, 10 de junho 2006.

José Meneleu Neto
Secretário de Planejamento e Orçamento do Município